



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA**

**A APRENDIZAGEM ESCOLAR DE CRIANÇAS ADOTADAS:
CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA CIENTÍFICA**

AMANDA VICTÓRIA PEREIRA QUARESMA

JOÃO PESSOA
2026

AMANDA VICTÓRIA PEREIRA QUARESMA

A APRENDIZAGEM ESCOLAR DE CRIANÇAS ADOTADAS: CONTRIBUIÇÕES DA
LITERATURA CIENTÍFICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado de Psicopedagogia do
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Viviany Silva Pessoa

João Pessoa – PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

Q1a Quaresma, Amanda Victória Pereira.

A aprendizagem escolar de crianças adotadas:
contribuições da literatura científica / Amanda
Victória Pereira Quaresma. - João Pessoa, 2026.
26 f. : il.

Orientação: Viviany Silva Pessoa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Adoção. 2. Aprendizagem escolar. 3. Crianças
adotadas. 4. Psicopedagogia. I. Pessoa, Viviany Silva.
II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.015.3(043.2)

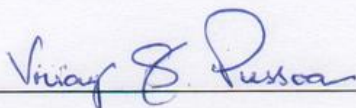
Amanda Victória Pereira Quaresma

**A APRENDIZAGEM ESCOLAR DE CRIANÇAS ADOTADAS: CONTRIBUIÇÕES DA
LITERATURA CIENTÍFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado de Psicopedagogia do
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Data de Aprovação 07/04/2026

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Viviany Silva Pessoa

Universidade Federal da Paraíba



Prof^ª. Dr^ª. Adriana Gaião de Andrade e Barbosa

Universidade Federal da Paraíba



Prof^ª. Dr^ª. Andreia Dutra Escarião

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

A adoção configura-se como uma forma de constituição familiar que pode implicar trajetórias marcadas por rupturas, perdas e processos de adaptação, os quais podem repercutir no processo de aprendizagem, compreendido como um fenômeno complexo que envolve dimensões cognitivas, emocionais e sociais. O presente estudo tem como objetivo mapear as evidências científicas acerca da relação entre adoção e aprendizagem escolar de crianças adotadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de uma revisão de escopo, orientada pelas diretrizes do PRISMA-ScR. As buscas foram realizadas nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PePsic e SciELO, utilizando descritores relacionados à adoção, aprendizagem e contexto escolar, considerando produções publicadas entre 2015 e 2025. Na etapa de análise dos dados, os artigos foram selecionados de acordo com critérios previamente definidos e examinados na íntegra, visando à identificação das informações mais relevantes sobre a relação entre adoção e aprendizagem escolar. Os resultados obtidos ampliam a compreensão dessa temática, indicando que a qualidade dos vínculos familiares e das experiências escolares exercem papel fundamental na recuperação e no desenvolvimento escolar de crianças adotadas. Esses achados oferecem subsídios para o aprimoramento de práticas educacionais e intervenções psicopedagógicas voltadas a esse público.

Palavras-chave: Adoção; Aprendizagem escolar; Crianças adotadas; Psicopedagogia.



ABSTRACT

Adoption is characterized as a form of family constitution that may involve trajectories marked by ruptures, losses, and processes of adaptation, which can impact the learning process, understood as a complex phenomenon involving cognitive, emotional, and social dimensions. This study aims to map the scientific evidence regarding the relationship between adoption and school learning in adopted children. It is a qualitative, exploratory, and descriptive study, developed through a scoping review guided by the PRISMA-ScR guidelines. Searches were conducted in the Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PePsic, and SciELO databases, using descriptors related to adoption, learning, and the school context, considering studies published between 2015 and 2025. During the data analysis stage, the articles were selected according to previously defined inclusion and exclusion criteria and fully reviewed to identify the most relevant information regarding the relationship between adoption and school learning. The results expand the understanding of this topic, indicating that the quality of family bonds and school experiences plays a fundamental role in the recovery and academic development of adopted children. These findings provide support for the improvement of educational practices and psychopedagogical interventions aimed at this population.

Keywords: Adoption; School learning; Adopted children; Psychopedagogy.

1 INTRODUÇÃO

A adoção configura-se como uma forma de constituição familiar que, embora assegure o direito à convivência familiar e comunitária, pode envolver trajetórias marcadas por rupturas, perdas e processos de adaptação. Crianças e adolescentes adotados, especialmente aqueles que passaram por situações de negligência, institucionalização ou descontinuidade de vínculos, podem apresentar demandas específicas relacionadas ao desenvolvimento emocional e à construção de sua identidade, aspectos que podem repercutir no ambiente escolar (Costa, 2023; Rosa; Bridi; Bridi, 2022).

A aprendizagem escolar constitui um processo complexo, que envolve não apenas aspectos cognitivos, mas também dimensões emocionais, sociais e relacionais. Estudos no campo da educação e da psicologia do desenvolvimento têm evidenciado que as experiências afetivas vivenciadas nos primeiros anos de vida exercem influência significativa na forma como a criança aprende, se relaciona e se insere no contexto escolar (Eltink; Chicanelli; Almeida, 2024; Ferrarezi, 2023; Rosa; Bridi; Bridi Filho, 2022).

Diante do exposto, torna-se relevante investigar de que maneira a literatura científica tem abordado a relação entre adoção e aprendizagem escolar, especialmente no que se refere às especificidades que podem emergir no contexto educacional. Tal discussão pode contribuir para ampliar a compreensão sobre o papel da escola no acolhimento dessas crianças, bem como para subsidiar práticas pedagógicas e psicopedagógicas mais sensíveis às suas singularidades.

Sendo assim, esta pesquisa foi construída a partir da seguinte questão norteadora: "Como a literatura científica tem discutido os processos de aprendizagem de crianças adotadas?" Este estudo tem como objetivo geral mapear as evidências científicas que exploram a relação entre adoção e processos de aprendizagem. Para os objetivos específicos, foram delineados três: 1. Analisar os principais achados científicos sobre a aprendizagem escolar de crianças adotadas; 2. Compreender como o contexto escolar tem sido abordado nas pesquisas relacionadas a adoção e a aprendizagem; 3. Identificar lacunas na literatura e oportunidades para futuras pesquisas, destacando limitações e possíveis avanços teóricos e metodológicos na área.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ADOÇÃO

A adoção configura-se como uma modalidade de filiação que estabelece vínculos parentais entre indivíduos sem laços biológicos. Trata-se de uma alternativa de constituição familiar destinada a crianças e adolescentes que, por diversos motivos, como o falecimento dos

pais biológicos, o desconhecimento de sua identidade ou o impedimento legal do exercício das funções parentais, não puderam ser mantidos em suas famílias de origem, além de representar uma possibilidade de parentalidade para aqueles que não puderam gestar ou que optaram por esse caminho (Melgaço; Nascimento, 2023; Palacios, 2007; Simões, 2014).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 2024, p. 21), “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” Ainda conforme o ECA (BRASIL, 2024, p. 29), “a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.”

Na contemporaneidade, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2026) demonstram a relevância social da adoção no Brasil. Atualmente, há 36.196 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, dos quais 5.929 estão disponíveis para adoção e 6.124 encontram-se em processo adotivo. No período de janeiro de 2019 a abril de 2026, foram registrados 32.864 casos de adoção no país, sendo 4.251 na região Nordeste e 357 no estado da Paraíba.

No âmbito regional, o Nordeste contabiliza 5.322 crianças e adolescentes acolhidos, com 1.045 disponíveis para adoção e 508 em processo adotivo. Já no contexto estadual, a Paraíba apresenta 471 crianças e adolescentes em acolhimento, dos quais 91 estão disponíveis para adoção e 47 encontram-se em processo de adoção (CNJ, 2026).

Esses dados evidenciam que, apesar dos avanços legais, ainda há um número expressivo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, o que reforça a importância de compreender a adoção não apenas como um instituto jurídico, mas como uma realidade social que demanda atenção em diferentes contextos.

Para além dos dados estatísticos, a transição entre o acolhimento e a nova família pressupõe desafios emocionais. Sob a ótica da Teoria do Apego, apresentada por Bowlby (1993), parte-se da premissa de que a ausência de um cuidador que ofereça uma base segura pode comprometer o desenvolvimento da criança, gerando possíveis efeitos a longo prazo. Para o referido autor, a ruptura do vínculo com a figura materna deve ser reparada de forma imediata, a fim de minimizar tais consequências.

Winnicott (1956) introduz o conceito de “ambiente suficientemente bom”, ao destacar que o desenvolvimento saudável da criança depende de um contexto emocionalmente estável e

acolhedor. De forma convergente, Bowlby (1993) e Winnicott (1956) destacam que o rompimento dos vínculos afetivos e o afastamento do principal cuidador podem gerar impactos significativos no desenvolvimento e na trajetória de vida das crianças.

Em contrapartida, a adoção fundamenta-se na possibilidade de integração da criança a uma nova família, permitindo o estabelecimento de vínculos satisfatórios com novas figuras parentais e favorecendo, assim, seu desenvolvimento (Palacios, 2007). Para tanto, é fundamental que os pais adotivos ofereçam uma base segura, permitindo à criança a reelaboração das rupturas em seus vínculos afetivos primários.

Piermattei e seus colaboradores (2017) enfatizam a função reparadora da adoção como um relevante fator de proteção ao desenvolvimento de crianças que foram expostas a situações de abandono, abuso e/ou maus-tratos. Contudo, essa compreensão não esteve sempre presente, sendo resultado de um processo histórico marcado por transformações sociais e jurídicas. Nesse sentido, para compreender as práticas atuais, torna-se fundamental resgatar a trajetória histórica da adoção no Brasil, analisando como o olhar sobre a criança e o adolescente foi sendo modificado ao longo do tempo.

2.1 HISTÓRIA DA ADOÇÃO NO BRASIL

A história da adoção perpassa diferentes épocas e contextos históricos. Segundo Marcílio (2016), entre o século XVIII e meados do século XX surge a primeira forma sistemática de atendimento aos menores abandonados e que perdurou por quase um século e meio como a principal modalidade de amparo a esse público foi a Roda dos Expostos, também conhecida como Roda dos Enjeitados.

Esse dispositivo caracterizava-se como uma grande roda de madeira instalada nos muros das Santas Casas de Misericórdia, onde o expositor depositava a criança na roda, acionava o mecanismo giratório e puxava um cordão ligado a uma sineta, que sinalizava à vigilante, chamada “rodeira”, a chegada do bebê. Após isso, retirava-se do local sem ser reconhecido.

Com o desenvolvimento das legislações, a adoção passou a ser progressivamente regulamentada. Do ponto de vista histórico, o Código Civil de 1916 previa a adoção de forma restrita, sendo entendida como uma instituição destinada à preservação da família. Era voltada principalmente a casais inférteis que não conseguiam gerar filhos biológicos, estabelecendo como requisitos a idade mínima de 50 anos para os adotantes e a autorização conjugal. Além disso, concebia a adoção a partir de um enfoque majoritariamente patrimonialista e sucessória,

afastando-se da concepção protetiva da criança que se estabeleceria posteriormente (Gonçalves, 2020).

No ano de 1927, foi criado o Código de Menores, marco importante na ampliação da atuação do Estado no campo das políticas públicas voltadas a infância e a adolescência. Essa legislação foi a primeira no Brasil a estabelecer normas voltadas à proteção de crianças e adolescentes. O documento definiu a maioridade penal e a aplicação de medidas socioeducativas (Rizzini; Rizzini, 2004).

Além disso, o Código também passou a contemplar questões relacionadas ao trabalho infantil e aos castigos físicos. Nesse período, a palavra “menor” passou a ser amplamente utilizada de forma pejorativa para designar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e exclusão social (Rizzini; Rizzini, 2004). O referido código também instituiu estabelecimentos destinados ao acolhimento de menores abandonados e em situação de delinquência, sob regime de internação (Marcílio, 2016).

Nesse contexto de transformações legais, a Constituição Federal de 1988 representou um marco na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, ao atribuir a família, a sociedade e ao Estado a responsabilidade de assegurar a esse público a garantia de seus direitos fundamentais. Conforme estabelece a Constituição Federal,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, art. 227, p.).

De acordo com Dias e Silva (2012), em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.069/90, que instituiu a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promoveu uma mudança significativa no ordenamento jurídico brasileiro ao superar antigos paradigmas e incorporar novos princípios voltados a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Com isso, instituiu um sistema democrático de proteção, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e não mais como objetos da aplicação da lei (Brasil, 1990).

Fernanda Silva (2017) aponta que o Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu a adoção plena, ao mesmo tempo em que enfatizou a preservação dos vínculos com a família biológica, concebendo a adoção como medida de caráter excepcional. Contudo, tal abordagem pode contribuir para a permanência prolongada de crianças em instituições, em razão da priorização da família de origem, ainda que o ambiente familiar não seja adequado.

Gomes e Assis (2025, p. 4378) reiteram que “ao priorizar a reintegração familiar, o sistema frequentemente ignora que o ‘melhor interesse’ da criança pode, na verdade, ser o acesso a uma nova família capaz de proporcionar segurança, estabilidade e amor.”

Em 2017, foi promulgada a Lei nº 13.509, que introduziu importantes inovações no processo de adoção no Brasil, dentre elas a previsão de um estágio de convivência entre adotante e adotado, com a finalidade de avaliar a adaptação do adotando ao novo contexto familiar (Brasil, 2017).

Posteriormente, no ano de 2019, através da Resolução nº 289, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi inaugurado o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Este sistema tem como finalidade a consolidação dos dados inseridos pelos tribunais estaduais, visando integrar as informações sobre os pretendentes à adoção com os dados relativos às crianças e adolescentes disponíveis para adoção. A ferramenta possibilita o cadastro e o acompanhamento de crianças e adolescentes desde o momento de sua entrada até a saída dos serviços de acolhimento (CNJ, 2019).

Embora a evolução legislativa tenha consolidado a adoção como medida de proteção, a trajetória de muitas crianças e adolescentes ainda é marcada por experiências de vulnerabilidade anteriores à inserção em uma família substituta. Dessa forma, a análise das condições prévias à adoção mostra-se fundamental para a compreensão dos efeitos dessas vivências.

Após a consolidação da trajetória histórica da adoção, torna-se necessário analisar como as experiências que a antecedem, frequentemente marcadas pela institucionalização, influenciam o desenvolvimento do sujeito.

2.2 CONDIÇÕES ANTERIORES À ADOÇÃO

Segundo o ECA (BRASIL, 2024), a adoção é uma medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Assim, a institucionalização e possível adoção futura ocorrem apenas com a destituição do poder familiar de origem.

No contexto brasileiro (Ipea, 2004), assim como em diferentes regiões do mundo (Unicef, 2010), a separação involuntária dos pais, aliada à exposição à violência, à doença, ao abuso e à exploração, tanto no âmbito familiar quanto extrafamiliar, configura-se como uma realidade recorrente, sendo frequentemente utilizada para justificar a permanência prolongada de crianças em instituições abertas ou fechadas, tais como abrigos, orfanatos, internatos, hospitais e unidades psiquiátricas.

De acordo com o ECA (BRASIL, 2024, p.22), “a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.” No entanto, na prática, esse prazo nem sempre é respeitado, o que contribui para a permanência prolongada de crianças em instituições.

Segundo Cuneo (2009), crianças que permanecem em instituições de acolhimento por períodos superiores a um ano tendem a apresentar alterações psicossomáticas, manifestando doenças físicas recorrentes, cujos métodos de tratamento convencionais mostram-se, muitas vezes, ineficazes. Além disso, evidenciam significativa carência afetiva, medo excessivo, baixa autoestima, sentimentos de rejeição, inferioridade, insegurança e dificuldade em confiar no outro.

No âmbito comportamental, podem apresentar agressividade, resistência às normas de convivência social, atitudes de rebeldia e rejeição ao contexto escolar. No que diz respeito aos vínculos afetivos, a institucionalização não favorece a constituição de referenciais suficientemente consistentes, uma vez que as relações estabelecidas nesses contextos tendem a ser fragilizadas. Tal situação pode comprometer a capacidade da criança de estabelecer novos vínculos, tanto em decorrência da ruptura dos laços familiares primários quanto das frequentes mudanças de cuidadores nas instituições (Cuneo, 2009).

Dessa forma, as experiências de vulnerabilidade e institucionalização não se restringem ao passado da criança, repercutindo em seu desenvolvimento e refletindo diretamente em sua inserção escolar e nos processos de aprendizagem.

2.3 DISCUSSÕES ACERCA DA ADOÇÃO E DA APRENDIZAGEM

A inserção da criança adotada no contexto escolar ocorre, frequentemente, após vivências de ruptura em sua trajetória e processos de reorganização familiar. Nesse sentido, crianças que experienciaram rupturas familiares ou períodos de institucionalização podem apresentar desafios emocionais e relacionais que podem repercutir em sua experiência escolar e nos processos de aprendizagem (Costa, 2023; Rosa; Bridi; Bridi Filho, 2022). Para compreender como essas rupturas afetam o desempenho escolar, faz-se necessário, primeiramente, delimitar o que se entende por aprendizagem.

Metring (2018) caracteriza a aprendizagem como um processo pessoal e cumulativo, não transmitido geneticamente, mas dependente da motivação do aprendiz. Trata-se de uma

modificação de comportamento que envolve mente e cérebro, ocorrendo com maior intensidade na infância.

Além dessa definição geral, a aprendizagem pode ser compreendida a partir de diferentes abordagens teóricas. Para o comportamentalismo o sujeito se caracteriza como um ser passivo que reage aos estímulos externos, já no cognitivismo o aprendiz é visto como um ser ativo, capaz de realizar a construção de sua própria estrutura cognitiva de solução de problemas. Por fim, o humanismo considera o aprendiz como uma pessoa total, que integra pensamento, sentimentos e ações (Metring, 2018).

Para além das abordagens teóricas clássicas, a aprendizagem também tem sido amplamente investigada sob a perspectiva da neurociência, “[...] como modificações do SNC [Sistema Nervoso Central], mais ou menos permanentes, quando o indivíduo é submetido a estímulos e/ou experiências de vida, que serão traduzidas em modificações cerebrais. [...]” (Rotta, 2016b, p. 469).

Consiste em um processo relacionado essencialmente as funções nervosas superiores, atenção, memória, motivação, emoções e funções executivas, que, ao atuarem conjuntamente entre si e com distintas funções cerebrais, propiciam a recepção e o processamento das informações através do cérebro (Rotta, 2016a). Nessa mesma direção, Amaral e Guerra (2022), reforçam que tal processo depende da atividade de circuitos neurais que são ativados por estímulos provenientes das interações que o sujeito estabelece com o meio em que está inserido.

Entretanto, embora a neurociência foque nas modificações do Sistema Nervoso Central, autores como Rosa, Bridi e Bridi Filho (2022) reforçam que esse processo biológico não ocorre de forma isolada, estando intrinsecamente relacionado aos vínculos constituídos ao longo desse processo, sendo fortemente influenciada pelas experiências vinculares vivenciadas na infância. Assim, os vínculos estabelecidos no presente refletem, em grande medida, as relações iniciais do sujeito.

Dessa forma, entende-se que a aprendizagem decorre da articulação entre fatores internos e externos, presentes nos dois contextos fundamentais da vida da criança: a família e a escola, demonstrando que os vínculos familiares afetivos produzem efeitos no ambiente escolar, particularmente no rendimento acadêmico (Eltink; Chicanelli; Almeida, 2024).

Segundo Polity (1998), na ausência de alterações orgânicas ou déficits intelectuais, as dinâmicas familiares podem exercer influência significativa nesse processo, tornando o conhecimento ameaçador e levando a criança a inibir sua curiosidade como forma de evitar conteúdos considerados sensíveis.

Nesse sentido, Maldonado (1995) afirma que, em contextos de adoção, o segredo sobre a origem da criança pode impactar negativamente a aprendizagem. Quando a criança não é informada sobre sua história, pode perceber a existência de conteúdos que não lhe são acessíveis, o que tende a bloquear sua curiosidade e, conseqüentemente, sua capacidade de aprender.

Nesse contexto, Dutra e Gomes (2022) argumentam que a compreensão do aluno adotado exige uma abordagem multifacetada e contextualizada, sendo este o caminho mais eficaz para desconstruir visões generalistas sobre a adoção tardia. De acordo com os autores, é preciso superar mitos que sugerem a existência de marcas psíquicas irreversíveis ou a crença equivocada de que trajetórias de ruptura levam, obrigatoriamente, ao desenvolvimento de transtornos, uma vez que tais estigmas geram temores infundados e limitam as possibilidades de desenvolvimento da criança.

Portanto, eventuais desafios escolares enfrentados por alunos adotados não devem ser vistos como limitações permanentes. Trata-se de dificuldades passageiras que podem ser superadas por meio da colaboração entre escola e família. Quando a instituição de ensino compreende a realidade desses estudantes e promove ações voltadas ao seu desenvolvimento pleno, ela se torna um espaço fundamental para ressignificar as experiências de quem passou pela adoção tardia, favorecendo o seu sucesso (Dutra e Gomes, 2022).

Nesta perspectiva, o olhar psicopedagógico contribui significativamente para a compreensão dos processos de aprendizagem em sua totalidade. Conforme Weiss (1991), a Psicopedagogia busca o aprimoramento das relações com a aprendizagem, favorecendo uma construção mais qualificada da aprendizagem de alunos e educadores. Corroborando essa concepção, Neves (1991) afirma que

a Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos (1991, p. 12).

3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva. Enfatiza-se que a investigação buscou coletar informações sobre a relação entre adoção e aprendizagem escolar através de uma revisão de literatura. A revisão de escopo caracteriza-se como uma estratégia de síntese do conhecimento, fundamentada em uma abordagem sistemática, que visa

mapear evidências em um campo temático específico. Nesse sentido, permite identificar conceitos-chave, teorias, fontes e lacunas existentes na literatura (Tricco et al., 2018). Esse estudo foi realizado seguindo as diretrizes do PRISMA-ScR - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (2020).

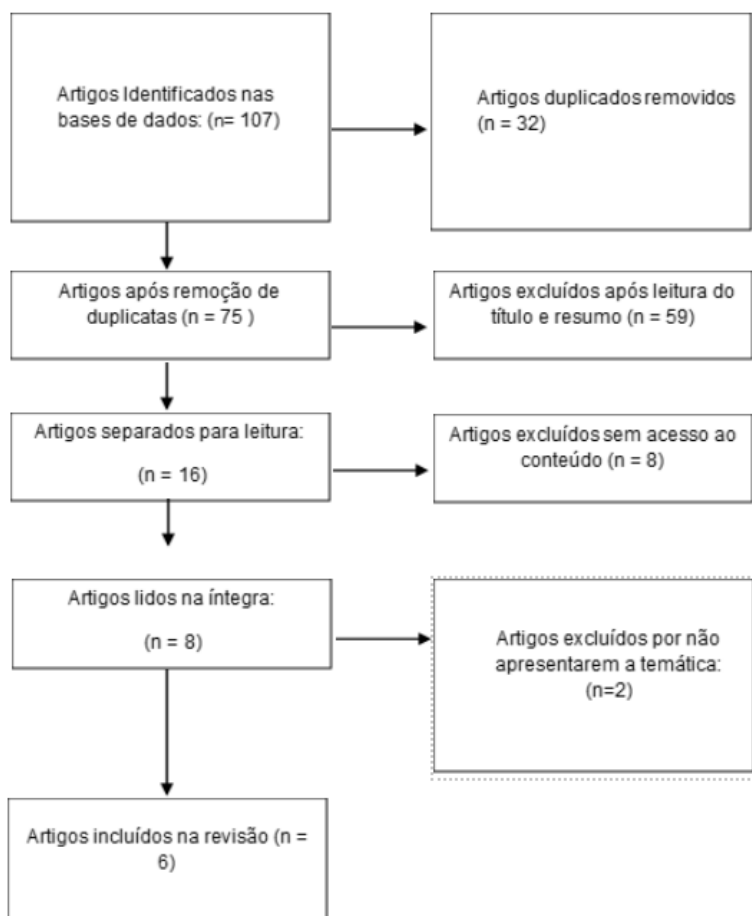
A pergunta norteadora deste estudo é: Como a literatura científica tem discutido os processos de aprendizagem de crianças adotadas? A fim de obter respostas a essa pergunta, buscou-se identificar o maior número possível de estudos relevantes que tratassem sobre essa temática. Para isso, estratégias de busca foram realizadas nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nos Periódicos de Psicologia (PePsic) e no Scientific Electronic Library Online (SciELO). Nessas buscas, foram utilizados os descritores “adoção”, “crianças adotivas”, “escola” e “aprendizagem”, e combinados por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”. O operador booleano “OR” foi usado para combinar palavras dentro de um mesmo grupo e o “AND” de grupos distintos.

O recorte temporal dos últimos 10 anos, entre 2015-2025 foi utilizado nesse estudo. As buscas nas bases de dados selecionadas ocorreram no período de fevereiro e março de 2026. Os critérios de inclusão utilizados para seleção dessas produções foram: estudos empíricos, publicações em português, inglês e espanhol, e produções disponíveis integralmente nessas bases de dados. Os critérios de exclusão foram: artigos publicados na forma de resumo, revisões e artigos editoriais, não estar disponível gratuitamente, não conceder acesso completo ao texto e; produções que não estavam associadas à temática.

As produções identificadas após a busca inicial foram importadas para o Rayyan (plataforma digital que auxilia a etapa de seleção de estudos em revisões sistemáticas), sendo consideradas apenas uma vez nos casos de duplicidade. Inicialmente, procedeu-se à análise dos títulos e resumos, selecionando-se os estudos que apresentavam relação com a temática.

Em seguida, esses trabalhos foram avaliados com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, com o objetivo de descartar aqueles que não estavam alinhados ao tema, não atendiam aos critérios de inclusão ou se enquadravam em algum critério de exclusão. Dessa forma, os estudos potencialmente relevantes foram recuperados na íntegra e, posteriormente, analisados de maneira criteriosa para a seleção final. A figura 1 apresenta o fluxograma da dinâmica de seleção dos artigos.

Figura 1. Fluxograma da seleção de artigos.



Fonte: Dados da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e as discussões deste estudo foram construídos a partir da análise dos artigos selecionados, cujas informações foram organizadas em dois quadros, visando a sistematização e a síntese dos principais dados encontrados na literatura. O primeiro quadro apresenta uma caracterização geral das produções, contemplando autores, período de publicação e áreas de conhecimento envolvidas.

O segundo quadro reúne aspectos centrais de cada estudo, como objetivos, instrumentos, amostras e principais resultados. A partir dessa organização e da análise qualitativa dos conteúdos, foi possível identificar tendências investigativas, lacunas na literatura e implicações para o avanço das pesquisas e das práticas relacionadas ao tema em estudo.

Quadro 1. Identificação dos artigos selecionados segundo o título, autores, ano de publicação e área de estudo.

Identificação	Título	Autores	Ano	Área de Estudo
A1	Associations between physical growth and general cognitive functioning in international adoptees from Eastern Europe at 30 months post-arrival	Maria G. Kroupina, Judith K. Eckerle, Anita J. Fuglestad, Liza Toemen, Stephanie Moberg, John H. Himes, Bradley S. Miller, Anna Petryk, Dana E. Johnson	2015	Pediatria
A2	Crianças e adolescentes adotivos: como são vistos pela escola?	Lúcia Fátima Veloso, Maria Helena Rodrigues Navas Zamora, Maria Lúcia Rocha-Coutinho	2016	Psicologia
A3	Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-Filial na Percepção dos Pais	Débora da Silva Sampaio, Andrea Seixas Magalhães, Terezinha Féres-Carneiro	2018	Psicologia
A4	Percepção Parental acerca do Filho Adotado: Uma Análise Psicoeducacional	Patrícia Nunes da Fonsêca, Rosicleia Moreira Palitot, Mayara de Oliveira Silva Machado, Jérssia Laís Fonseca dos Santos, José Farias de Souza Filho	2018	Psicologia e Psicopedagogia
A5	The Early Growth and Development Study: A Dual-Family Adoption Study from Birth Through Adolescence	Leslie D. Leve, Jenae M. Neiderhiser, Jody M. Ganiban, Misaki N. Natsuaki, Daniel S. Shaw, David Reiss	2019	Psicologia
A6	Adoption in the school context: Exploring perspectives	Letícia Fonseca Reis Ferreira de Castro, Maria Clotilde Therezinha Rossetti-Ferreira	2023	Psicologia

Fonte: Dados da pesquisa

A análise da distribuição dos artigos ao longo dos anos, conforme o Quadro 1, revela uma produção científica ainda pouco expressiva e irregular sobre o tema. A maioria dos anos analisados, 2015, 2016, 2019 e 2023, contou com apenas uma publicação, enquanto 2018 apresentou duas, porém sem evidências de expansão consistente das pesquisas na área.

A análise das áreas de estudo dos artigos selecionados evidencia a predominância da Psicologia como principal campo disciplinar interessado na temática investigada. Dos estudos analisados, quatro foram desenvolvidos exclusivamente na área da Psicologia, indicando um foco significativo desse campo na compreensão dos aspectos emocionais, comportamentais e cognitivos relacionados ao desenvolvimento e à aprendizagem de crianças adotadas.

Além disso, um dos artigos foi produzido na área da Pediatria, o que demonstra a preocupação com os impactos do histórico de saúde e do desenvolvimento físico no percurso escolar dessas crianças. Outro estudo foi desenvolvido de forma interdisciplinar, articulando contribuições da Psicologia e da Psicopedagogia, reforçando a importância de abordagens integradas para a compreensão dos processos de aprendizagem em contextos de adoção.

Essa distribuição evidencia que, embora a temática seja abordada por diferentes áreas do conhecimento, ela permanece fortemente concentrada no campo psicológico, com menor participação de outras áreas da saúde e da educação. Diante disso, a escassez de estudos na área da Educação evidencia a necessidade de ampliação das investigações sobre o tema nesse campo, uma vez que é no contexto escolar que se consolidam os processos de aprendizagem e de interação social das crianças adotadas. Nesse cenário, a Psicopedagogia destaca-se por ter como objeto de estudo a aprendizagem em sua dimensão cognitiva e afetiva, podendo beneficiar-se significativamente do aprofundamento teórico sobre adoção (Neves, 1991).

Quadro 2. Identificação dos artigos selecionados segundo objetivos, instrumentos, amostras e resultados alcançados.

Identificação	Objetivos	Instrumentos	Amostra	Resultados
A1	Examinar a associação entre crescimento físico, o sistema do hormônio do crescimento (GH) e o funcionamento cognitivo geral após a adoção.	Antropometria, fator de crescimento semelhante à insulina-1 (IGF-1), proteína de ligação ao IGF-3 (IGFBP-3), Escalas de Desenvolvimento Inicial de Mullen e Escalas de Inteligência Stanford-Binet. Informações sobre a escolaridade dos	Crianças pós-institucionalizadas (n = 46) adotadas da Europa Oriental	O funcionamento cognitivo geral de uma criança aos 30 meses após a adoção foi previsto por suas pontuações gerais de desenvolvimento aos 6 meses após a adoção, seu status inicial de altura e marcadores do sistema do hormônio do crescimento.

		pais também foram coletadas.		
A2	Analisar como crianças e adolescentes adotivos são percebidos pela escola.	Entrevista semiestruturada.	Sete profissionais que atuam na área de educação, no ensino fundamental e médio, em escolas da rede particular da cidade de Niterói-RJ.	Pode-se afirmar que as escolas não atribuem unicamente à adoção a causa das dificuldades de comportamento e de aprendizagem dos alunos que são filhos adotivos, apesar das falas repletas de ideias preconceituosas sobre o tema.
A3	Investigar a vivência do período de adaptação nas adoções tardias e a repercussão do histórico pregresso da criança na construção do vínculo parento-filial.	Entrevista individual com roteiro semiestruturado.	10 sujeitos independentes, 3 homens e 7 mulheres, que adotaram crianças maiores de dois anos.	O estudo identificou que o atraso escolar é uma das principais dificuldades relatadas pelos pais durante o período de adaptação, ao lado de comportamentos agressivos e dificuldades com regras. Esses desafios foram relacionados às vivências passadas da criança
A4	Analisar as percepções dos pais acerca do filho adotado.	Entrevista semiestruturada.	20 pais adotivos da cidade de João Pessoa (PB)	Os filhos adotados apresentam bom relacionamento com colegas, professores e familiares, demonstram sentimentos positivos para com os membros da nova família e exibem um desempenho escolar compatível com sua idade.

A5	Examinar como processos familiares, de pares e contextuais afetam o ajuste de crianças e adolescentes, analisando a interação entre influências genéticas e ambientais.	Avaliações longitudinais em intervalos regulares.	561 crianças adotadas, além de seus pais biológicos e pais adotivos	investiga caminhos de desenvolvimento específicos, incluindo a competência social e o desempenho acadêmico/escolar, mostrando que o ambiente pós-natal (pais adotivos) tem um papel significativo na moderação de suscetibilidades genéticas.
A6	Analisar as percepções de pais e professores em relação à trajetória escolar de crianças adotadas.	Rede de Significações.	Professores do Ensino Fundamental (3ª a 7ª série) e pais adotivos.	Os professores atribuíram à “estrutura familiar” influência direta na aprendizagem, enquanto os pais focalizaram suas representações em questões individuais dos filhos.

Fonte: Dados da pesquisa

Os estudos analisados indicam que a compreensão contemporânea da aprendizagem de crianças adotadas tem se afastado de perspectivas deterministas, que associavam experiências adversas precoces a prejuízos permanentes no desenvolvimento. Em seu lugar, ganha destaque a noção de plasticidade do desenvolvimento, segundo a qual as capacidades cognitivas e emocionais da criança podem ser modificadas ao longo do tempo, especialmente quando ocorrem mudanças significativas no ambiente relacional (Leve et al., 2019).

Pesquisas longitudinais, como as conduzidas por Leve et al. (2019) e Kroupina et al. (2015), demonstram que crianças que vivenciaram negligência, institucionalização ou rupturas vinculares nos primeiros anos de vida podem apresentar atrasos iniciais em linguagem, funções executivas e quociente de inteligência. No entanto, esses mesmos estudos evidenciam que, após a inserção em um ambiente familiar adotivo estável, observa-se uma trajetória de recuperação progressiva nesses indicadores, sugerindo que o desenvolvimento infantil permanece aberto a reorganizações.

Esses achados dialogam diretamente com a teoria do apego, de John Bowlby (1993), segundo a qual a presença de uma figura cuidadora sensível e responsiva constitui um fator central para a organização emocional e cognitiva da criança. A adoção, ao possibilitar o estabelecimento de novos vínculos afetivos estáveis, favorece a construção de uma base segura, condição essencial para a exploração do ambiente e para o investimento em atividades de aprendizagem.

De modo complementar, os resultados também podem ser compreendidos a luz do conceito de ambiente suficientemente bom, proposto por Donald Winnicott (1956), que enfatiza a importância de um contexto familiar capaz de oferecer continuidade, previsibilidade e sustentação emocional. Ao garantir tais condições, a família adotiva cria um espaço no qual a criança pode gradualmente deslocar sua energia psíquica de estratégias de autoproteção para atividades simbólicas e cognitivas, como a aprendizagem escolar.

Enquanto Sampaio e colaboradores (2018) apontam que a adoção tardia pode trazer desafios iniciais para a alfabetização devido ao histórico de institucionalização, no contexto brasileiro, estudos qualitativos como o de Fonsêca et al. (2018) ponderam que a maioria das crianças adotadas apresenta desempenho acadêmico compatível com sua faixa etária, contrariando a ideia de que a adoção estaria inevitavelmente associada a dificuldades escolares persistentes.

Esses resultados evidenciam que, quando inseridas em ambientes familiares e escolares favoráveis, as crianças adotadas são capazes de acompanhar o ritmo de desenvolvimento de seus pares, reforçando a tese de Leve et al. (2019) sobre a plasticidade do desenvolvimento em ambientes seguros.

Sob a ótica da Psicopedagogia, essa compreensão encontra respaldo nas contribuições de Weiss (1991) e Neves (1991), que concebem a aprendizagem como um processo que integra dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Ao considerar simultaneamente as experiências internas da criança e as condições externas em que ocorre o processo educativo, a Psicopedagogia permite compreender a recuperação observada nas crianças adotadas como resultado da reorganização de múltiplos aspectos do desenvolvimento, e não apenas de um ganho cognitivo isolado.

Assim, as evidências analisadas apontam que a adoção pode exercer uma função reparadora no desenvolvimento infantil, favorecendo a construção de vínculos seguros, a reorganização emocional e, conseqüentemente, o engajamento mais efetivo nos processos de aprendizagem.

Embora a família desempenhe papel central na reorganização do desenvolvimento da criança adotada, a literatura analisada destaca que a escola também constitui um espaço decisivo na trajetória educacional e emocional desses estudantes. Nesse sentido, compreender a forma como a instituição escolar interpreta e responde à adoção torna-se fundamental para analisar seus impactos sobre a aprendizagem.

Estudos como os de Veloso et al. (2016) e Castro (2023) evidenciam que a adoção ainda é pouco discutida no cotidiano escolar, sendo frequentemente tratada como um tema periférico ou invisibilizado nas práticas pedagógicas. Essa ausência de debate sistemático contribui para que professores e demais profissionais da educação se sintam inseguros ou despreparados para lidar com situações relacionadas a história de vida e as especificidades emocionais de alunos adotados.

Os discursos docentes analisados nesses estudos revelam que, diante de dificuldades escolares ou comportamentais, a condição de filho adotivo tende a ser utilizada como uma explicação para tais manifestações. Essa interpretação pode reforçar processos de rotulação e influenciar as expectativas pedagógicas, afetando a forma como o aluno é acompanhado e avaliado em sala de aula.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da teoria do apego, que enfatiza a importância de contextos previsíveis e emocionalmente seguros para o desenvolvimento infantil. Quando a escola adota uma postura de desconfiança ou estigmatização, ela pode fragilizar a sensação de segurança da criança, dificultando a formação de novos vínculos de confiança com figuras adultas fora do núcleo familiar e impactando negativamente sua disposição para aprender.

Sob a perspectiva da Psicopedagogia, que compreende a aprendizagem como um fenômeno relacional e contextualizado, a qualidade das interações estabelecidas entre aluno e professor exerce influência direta sobre o processo educativo. Weiss (1991) destaca que a aprendizagem se constrói na relação, sendo mediada pelas expectativas, pelas emoções e pelos significados atribuídos ao ato de aprender. Dessa forma, quando o aluno adotado é visto a partir de estereótipos ou expectativas negativas, cria-se um ambiente pouco favorável a construção de uma relação positiva com o conhecimento.

Além disso, os estudos indicam a existência de um descompasso entre as expectativas das famílias adotivas e as respostas oferecidas pela escola. Enquanto muitos pais buscam na instituição um espaço de acolhimento e parceria, encontram, em alguns casos, profissionais que

não dispõem de formação específica ou de orientações institucionais para lidar com a diversidade das configurações familiares (Castro, 2023; Veloso et al., 2016).

Tal cenário evidencia a necessidade de inclusão da temática da adoção na formação inicial e continuada de professores, de modo a favorecer práticas pedagógicas mais sensíveis às histórias de vida dos alunos e mais alinhadas aos princípios de proteção integral estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar importantes lacunas na produção científica sobre a relação entre adoção e aprendizagem escolar. Uma das principais limitações refere-se a predominância de pesquisas que privilegiam a perspectiva de adultos, como pais e professores, em detrimento da escuta direta das próprias crianças e adolescentes adotados. A ausência dessa voz restringe a compreensão sobre como esses sujeitos percebem sua trajetória escolar, suas dificuldades e suas estratégias de enfrentamento.

Outra lacuna observada diz respeito à escassez de estudos que proponham e avaliem intervenções psicopedagógicas específicas para o contexto escolar. Embora a literatura apresente diagnósticos consistentes sobre os desafios enfrentados por crianças adotadas, são raras as investigações que descrevem práticas pedagógicas estruturadas, programas de apoio ou estratégias de acompanhamento que possam ser aplicadas no cotidiano das escolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo mapear as evidências científicas sobre a relação entre adoção e processos de aprendizagem, apresentando os estudos pertinentes dos últimos dez anos (2015-2025). Por meio de uma revisão de escopo da literatura, fundamentada nas diretrizes do PRISMA-ScR, foi possível alcançar esses objetivos, proporcionando uma visão abrangente do panorama de estudos nessa área e identificando como as trajetórias de adoção repercutem no contexto escolar.

A aprendizagem de crianças adotadas é um tema abordado sob diversas perspectivas, ressaltando que esse processo não é determinado apenas pela condição de adotividade, mas pela interação entre o histórico de vida da criança e a qualidade do ambiente pós-adotivo. Os estudos revisados destacam que, embora vivências precoces de negligência ou institucionalização possam atuar como fatores de risco ao desenvolvimento cognitivo, a adoção configura-se como uma potente intervenção natural e um fator de proteção.

Quando inserida em um "ambiente suficientemente bom" e em uma rede de vínculos seguros, a criança demonstra uma significativa capacidade de recuperação, apresentando, em muitos casos, desempenho acadêmico compatível com seus pares biológicos.

Os resultados apresentados indicam que as dificuldades escolares são, em grande parte, temporárias e relacionadas às experiências afetivas, podendo ser superadas em ambientes que acolham a história e a subjetividade do estudante. Nesse sentido, o olhar psicopedagógico é fundamental para articular as dimensões interna e externa do sujeito, transformando a escola em um espaço de construção de novas possibilidades.

Embora o estudo tenha buscado rigor metodológico em todas as etapas, algumas limitações devem ser consideradas. O tempo disponível para a realização da pesquisa e para a análise dos artigos pode ter restringido a profundidade das interpretações realizadas. Além disso, os critérios de inclusão e exclusão adotados, embora necessários para a delimitação do escopo da revisão, podem ter deixado de contemplar outras produções potencialmente relevantes, o que impacta a generalização dos resultados. Mesmo diante dessas limitações, o estudo apresenta contribuições significativas ao organizar e analisar de forma sistemática a literatura sobre adoção e aprendizagem escolar, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para futuras pesquisas e para práticas educacionais mais sensíveis às especificidades desse público.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. L. N.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: olhando para o futuro da aprendizagem**. Brasília, DF: SESI/DN, 2022.
- BOWLBY, J. **Apego: a natureza do vínculo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRASIL. [Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania]. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: MDHC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_mdhc_2024.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Brasília, DF: CNJ, 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Painel de dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)**. Brasília, DF: CNJ, 2026. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br>. Acesso em: 9 abr. 2026.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA): manual passo a passo**. Brasília, DF: CNJ, [s.d.]. v. 1.20. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sna/imgs/Manual%20SNA.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2026.
- COSTA, R. L. S. Neurociência e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280010, 2023.
- CUNEO, M. R. Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento - a institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam. In: **Censo da População Infanto-juvenil abrigada no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, jun. 2009. p. 415-432. Disponível em: http://www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/MCA/Censo/Terceiro_Censo/7_Abrigamento.pdf. Acesso em: 5 mar. 2026.
- DIAS, M. S. L.; SILVA, R. S. O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, 2012.
- DUTRA, G. C. S.; GOMES, V. **Adoção tardia e a escola: professores: o que fazer? Histórias, mitos e inclusão escolar**. São Leopoldo: Encontrografia, 2022.
- ELTINK, C. F.; CHICANELLI, A. C.; ALMEIDA, T. L. Afeto familiar e desempenho escolar de crianças no ensino fundamental I: uma revisão integrativa. **Prometeica - Revista de Filosofia e Ciências**, São Paulo, v. 29, p. 348-364, 2024.
- FERNÁNDEZ, A. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERRAREZI, R. S. L. Um traço e um abraço: afetividade como elemento facilitador da aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 40, n. 121, p. 76-83, 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação mundial da infância**: infância ameaçada. Tradução: B&C Revisão de Textos. Brasília, DF: UNICEF, 2010.

GOMES, P. S.; ASSIS, R. F. Adoção tardia: a influência legislativa e as consequências involuntárias da criança adotada. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, p. 4369-4388, 2025.

GONÇALVES, C. R. **Direito de Família - Direito Civil Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 6. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>. Acesso em: 9 fev. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC**. Brasília, DF: IPEA, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MALDONADO, M. T. **Os caminhos do coração**: pais e filhos adotivos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARCÍLIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950**. São Paulo: Cortez, 2016.

MELGAÇO, G. S. L.; NASCIMENTO, L. O. A (im) possibilidade de adoção pela família acolhedora. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 6155-6180, 2023.

METRING, R. A. **Psicologia para a aprendizagem**: o ensino baseado em evidências psicológicas. Curitiba: Juruá, 2018.

NEVES, M. A. Psicopedagogia: um só termo e muitas significações. **Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, v. 10, n. 21, 1991.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, [s. l.], v. 372, n. 71, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 9 abr. 2026

PALACIOS, J. Después de la adopción: necesidades y niveles de apoyo. **Anuario de Psicología**, v. 38, n. 2, p. 181-198, 2007.

PIERMATTEI, C. *et al.* Late Adoptions: Attachment Security and Emotional Availability in Mother-Child and Father-Child Dyads. **Journal of Child and Family Studies**, v. 26, n. 8, p. 2114-2125, 2017.

POLITY, E. Pensando as dificuldades de aprendizagem à luz das relações familiares. In: POLITY, E. **Psicopedagogia**: um enfoque sistêmico. São Paulo: Empório do Livro, 1998.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROSA, M. P.; BRIDI, F. R. S.; BRIDI FILHO, C. A. N. Crianças em situação de institucionalização e o rompimento dos vínculos afetivos: repercussões para a aprendizagem. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 31, n. 32, p. 52-66, jun. 2022.

ROTTA, N. T. Introdução. *In*: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 3-8.

ROTTA, N. T. Plasticidade cerebral e aprendizagem. *In*: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 469-486.

SILVA, F. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e suas implicações legais**. Porto Alegre: Jurídica do Sul, 2017.

SIMÕES, A. L. Projeto apadrinhar: uma alternativa para as institucionalizações. *In*: LADVOCAT, C.; DIUANA, S. (org.). **Guia de adoção**: no jurídico, no social, no psicológico e na família. São Paulo: Roca, 2014. p. 39-53.

TRICCO, A. C. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, 2018.

WEISS, M. L. L. Psicopedagogia Clínica. **Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 6, n. 13, jun. 1987.

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária (1956). *In*: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 399-405.

AGRADECIMENTOS

É com o coração cheio de gratidão que me despeço de mais uma etapa importante da minha trajetória acadêmica. Como no Salmo 65, “Deus me ouviu; atendeu a voz da minha súplica.” Ele me sustentou e me fortaleceu, me deu forças para lutar e prosseguir, mesmo em meio a tantos desafios.

À Deus, toda a minha gratidão, pois sem Ele eu nada seria, nem conseguiria alçar altos voos, sou grata pois o Senhor não desistiu de mim, ouviu as orações fervorosas de minha mãe e as atendeu.

Agradeço imensamente aos meus pais e ao meu irmão, que foram o meu apoio durante esse longo processo, por sempre acreditar, rezar e torcer por mim, por segurar minhas mãos e me dar forças.

Agradeço também à professora Viviany por aceitar esse desafio e me orientar neste trabalho, sem ela nada disso seria possível.

Agradeço às professoras Adriana e Andreia por serem parte da minha trajetória acadêmica e por comporem minha banca.

Aos meus tios e tias que sempre torceram pelas minhas conquistas, em especial em memória de tia “Dadá”, que tanto sonhou com esse momento, mas que infelizmente não pode estar aqui para celebrar conosco.

Agradeço também a todos os meus amigos, que foram meu suporte, meu abraço e meu espaço de conforto. Com eles, tudo se tornou mais fácil.